

Memória histórica e artística do Estado está sendo destruída



O Estado tombou o porto de São Mateus, mas nada foi feito ainda para conservá-lo

Na área estadual nada se faz

Embora o Espírito Santo possua um órgão responsável pelo patrimônio histórico e artístico estadual, há quase cinco anos, somente o Porto de São Mateus teve suas ruínas tombadas, enquanto ainda existem vários outros monumentos tão importantes e de extremo valor histórico que estão sendo destruído pela ação da natureza, sem que qualquer atitude de conservação seja tomada.

Mesmo assim, o Porto de São Mateus, tombado no fim do ano passado, ainda não teve suas ruínas restauradas, e o que resta do monumento está sendo destruído. Segundo a representação do Iphan, existe uma verba de mais de Cr\$ 200 milhões para ser aplicada na restauração dos prédios, fornecida pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O Conselho Estadual de Cultura, ao ser questionado sobre o problema, disse que para a verba ser enviada ao Estado é necessário que haja um projeto de recuperação de cada casa e da igreja do Porto.

Por outro lado, o Instituto dos Arquitetos do Brasil garantiu que ninguém sabe qual foi o destino desta verba. Saliu também que se o problema é um projeto de recuperação do Porto, isto não poderá

ser levado em conta, já que a Fundação Jones dos Santos Neves elaborou um projeto de aproveitamento e restauração do local. Segundo a arquiteta Helena Maria Gomes, o projeto já foi entregue ao Governo do Estado, para que fosse enviado à Presidência da República, mas até hoje não se sabe informar se o trabalho já foi encaminhado ou não. Mas o fato é que apesar de estar tombado e possuir uma verba de recuperação, o Porto de São Mateus continua sendo destruído, estando suas paredes caindo, sem que nada seja feito na tentativa de mantê-lo, já que representa um grande valor histórico na cultura capixaba.

O atual secretário da Cultura e Bem-Estar Social, Clóvis de Barros, já manifestou interesse em iniciar imediatamente o trabalho de recuperação do Porto de São Mateus. Entretanto, ele disse que já ouviu falar sobre o projeto da Fundação Jones dos Santos Neves, com relação ao que deveria ser feito para a restauração dos prédios. Clóvis adiantou que irá procurar saber onde está o projeto, para que possa estudar uma maneira de resolver o problema.



A Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, já foi tombada pelo Iphan

A providência ficou no papel

Em 16 de dezembro de 1974, o então governador do Espírito Santo Arthur Carlos Gerhardt Santos, sancionava a lei número 2.947, constituindo o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, ficando como responsável pelo órgão o Conselho Estadual de Cultura, que determinaria as diretrizes dos trabalhos a serem executados dentro da área de memória histórica e cultural estadual.

Conforme o artigo primeiro da lei, "constitui o Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo o acervo de bens móveis e imóveis existente em seu território e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da História, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou científico". Estes bens somente serão considerados parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico estadual depois de inscritos no Conselho Estadual de Cultura.

Entretanto, de acordo com um dos membros do Conselho Estadual de Cultura, Beatriz Abaurre, na área do patrimônio somente foi feito o tombamento do Porto de São Mateus. Ela explica que, apesar deste órgão ser o responsável pela memória cultural do Estado, há ainda uma falta de entrosamento com a Fundação Cultural, que seria a entidade executiva de todas as atividades determinadas pelo Conselho.

Ela argumentou ainda que, com relação ao Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o Conselho não agiu porque a Fundação Cultural é que deveria providenciar a solução do problema, já que existe uma verba da Presidência da República para ser empregada no Porto de São Mateus. Agora, quando questionada a respeito do trabalho que deveria também ser executado em outros monumentos históricos, que estão abandonados em vários locais do Espírito Santo, ela justificou que, nestes casos, "quando o Conselho toma conhecimento de que algo histórico está sendo destruído, os conselheiros mandam uma carta ao proprietário do local, tomando posição".

A lei que cria o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, diz ainda que "estão também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". No Conselho Estadual de Cultura, segundo esta mesma lei, existem quatro Livros de Tombos. Entretanto, estes livros somente foram utilizados, conforme diz um dos conselheiros, uma vez, que foi na época do tombamento do Porto de São Mateus.

O Espírito Santo possui uma vasta arquitetura histórica, que, no entanto, não tem seu valor devidamente reconhecido. São poucos os monumentos tombados, embora quase todos tenham inegável importância para a memória artística e cultural do Estado. Entretanto, alguns estão entregues à ação da natureza, que vai destruindo, aos poucos, tudo o que resta dos últimos redutos da história estadual.

A arquiteta Helena Maria Gomes, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seccional do Espírito Santo, diz que, da vasta arquitetura histórica e artística que o Estado possui, nem todos são tombados. Ela explica que os monumentos cujo valor são de interesse nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já tombou. O restante que é de extrema importância para o Estado, está sendo destruído sem que o Governo tome qualquer iniciativa para recuperá-los.

Para ela, o Governo do Estado deveria dar maior valor à cultura histórica capixaba, já que tiveram grande participação no desenvolvimento cultural e principalmente artístico. A destruição dos últimos redutos significa a perda de memória, da-

quilo que marcou a história capixaba.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou alguns monumentos capixabas que marcaram a história não só do Estado, mas, também, a do País.

Dentre os monumentos tombados pelo Iphan, estão o Convento da Penha e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha.

Na região de Vitória, o Iphan tombou, também, a casa e chácara do Barão de Monjardim, a Igreja São Gonçalo, a Igreja Santa Luzia, três residências na rua José Marcelino e a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Todos datam do século passado, e são de grande importância para a preservação da memória histórica capixaba e nacional.

Além destes monumentos, o Iphan tombou, ainda, o conjunto dos Reis Magos, em Nova Almeida, que é constituído pela Igreja e uma residência, a Igreja Nossa Senhora da Ajuda, no distrito de Araçatiba, em Viana, o Convento de Anchieta, em Anchieta, a Fazenda Jesuíta, de Presidente Kennedy e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari. Sendo que, por outro lado, o Governo do Estado apenas tombou o Porto de São Mateus.

09/10/79